

Dezena de óbitos em atropelamentos e despistes em Moçambique

Mais uma dezena de cidadãos perderam a vida na semana passada em atropelamento e despistes seguidos de capotamento registados nas estradas de Moçambique.

Texto: Redacção

A Polícia da República de Moçambique (PRM) registou, entre os dias 18 e 24 de Julho, 18 acidentes de viação sendo os mais graves nove atropelamentos e cinco despistes de viaturas que acabaram por capotar.

De acordo com a PRM pelo menos 16 cidadãos morreram e 13 contraíram ferimentos graves e ligeiros nos sinistros, originados pela velocidade excessiva e má travessia do peão numa altura em que o país estava em Estado de Emergência e portanto a circulação de pessoas deveria ser limitada.

Cobertura em tempo real sobre pandemia #covid19 #Moçambique @DemocraciaMZ



Criança morre afogada na Província de Sofala

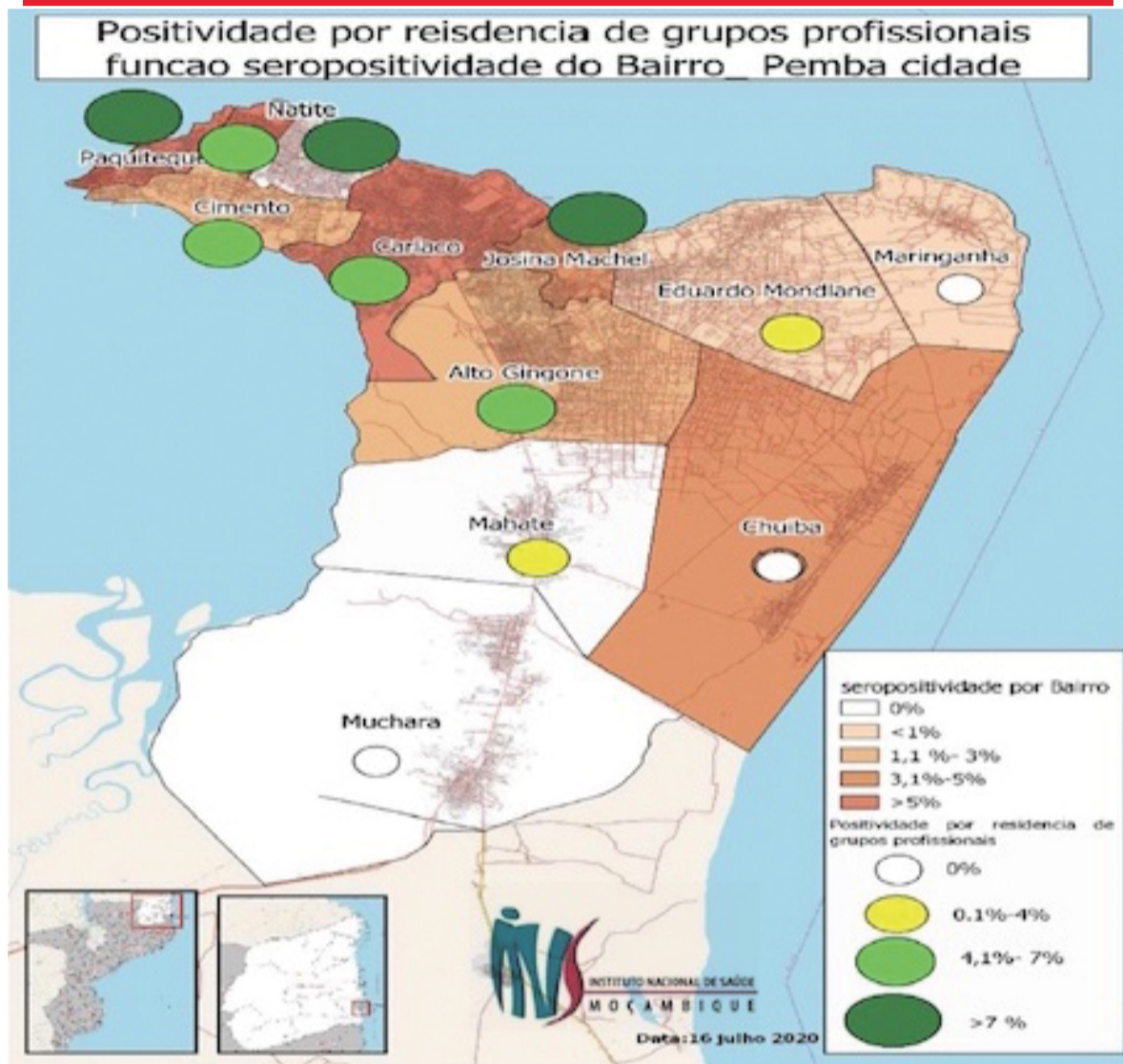
Uma criança perdeu a vida após cair de uma embarcação que fazia o trajecto entre o Distrito do Búzi e a Cidade da Beira, na Província de Sofala e deixou outros passageiros estão desaparecidos.

Texto: Redacção

A embarcação transportando 32 passageiros fazia o trajecto entre Nova Sofala, no Distrito do Búzi, e a Cidade da Beira e terá embatido numa rocha acabando por naufragar, segundo o Chefe do Posto Administrativo de Nova Sofala.

A fonte disse que a vítima mortal tinha 9 anos de idade e acrescentou que decorrem buscas para encontrar outros dois passageiros que estão desaparecidos.

Jovens e vendedores do mercado de Mbanjua os mais expostos à covid-19 na Cidade de Pemba



Os indivíduos mais expostos ao novo coronavírus na Cidade de Pemba são jovens, vendedores do mercado de Mbanjua e também os residentes do bairro de Ingonane revela o segundo inquérito sero-epidemiológico de SARS-CoV-2 realizado em Moçambique.

Texto: Redacção continua Pag. 02 →

Estado de Emergência acabou em Moçambique e o Presidente Nyusi está desorientado

A partir da meia noite desta quinta-feira (30) qualquer cidadão em Moçambique pode voltar a circular sem limitações, os crentes podem voltar às celebrações religiosas em colectivo, as praias podem ser frequentadas para lazer, as actividades culturais, recreativas e desportivas em espaços públicos podem voltar a acontecer sem limitações e os estabelecimentos comerciais de lazer e diversão podem reabrir pois o Estado de Emergência acabou e o Presidente Filipe Nyusi está desorientado.

Texto: Adérito Caldeira

A partir da Província de Tete o Chefe de Estado começou a sua Comunicação à Nação, nesta quarta-feira (29), pela falácia que a pandemia está estabilizada, quando na verdade cada vez são testados menos casos suspeitos. "Vivemos hoje em Moçambique uma situação que é atravessada por duas tendências de direcção oposta, por um lado podemos ter a certeza que as medidas adoptadas e a colaboração de todos cidadãos ajudaram a mitigar a velocidade de transmissão da doença. Fomos capazes de reduzir a percentagem diária de crescimento de novos de infecção e consequentemente de



internamentos e óbitos".

"Por outro lado a epidemia de Moçambique parece estar ainda longe de atingir pico da evolução. Não podemos abandonar de

modo nenhum os esforços para retardar a transmissão da doença que no último mês ganhou um crescimento sem precedentes. Não podemos igualmente ignorar a evolução da covid-19 no conjunto dos países que fazem fronteira com Moçambique. Temos pois que ter duas certezas: temos que manter uma visão balanceada para avaliar a nossa situação actual e para antever o nosso futuro, e não podemos vacilar na manutenção de medidas e comportamentos irresponsáveis. São essas medidas que tem funcionado como um verdadeiro escudo para defesa da nossa saúde públi-

continua Pag. 02 →

Diga-nos quem é o XICONHOCA da semana

Escreva um E-Mail para averdademz@gmail.com

A verdade em cada palavra.

ACONTECE

Para estar sempre actualizado sobre o que acontece no país e no globo siga-nos no

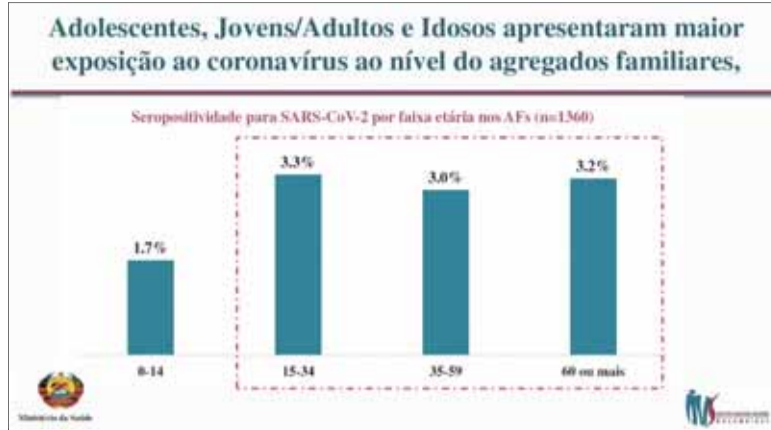
twitter.com @verdademz

→ continuação Pag. 01 - Jovens e vendedores do mercado de Mbanguia os mais expostos à covid-19 na Cidade de Pemba

Após a testagem rápida de 4.070 indivíduos na capital da Província de Cabo Delgado, que está em transmissão comunitária da covid-19 desde o passado dia 21 de Junho, os investigadores do Instituto Nacional de Saúde (INS) apuraram os jovens na faixa dos 15-34 anos são os mais expostos, seguidos pelos cidadãos com mais de 60 anos de idade, 3,3 por cento.

O inquérito, apresentado nesta segunda-feira (27) na Cidade de Pemba, indica que o grupo de cidadãos mais exposto é dos trabalhadores dos mercados, 6,5 por cento, principalmente aqueles que exercem a sua actividade no mercado informal de Mbanguia, 11,9 por cento.

Paradoxalmente embora este mercado, o maior da Cidade de Pemba, esteja situado em Natite este bairro tem um taxa de seropositividade de 0 por cento. O bairro com maior seropositividade da covid-19 é Ingonane, 7,3 por cento, seguido pelo bairro de Cariacó, 5,6 por cento, e Paquitequete, 5,4 por cento.



Os deslocados do conflito armado que dura há quase 3 anos no Norte de Cabo Delgado são o segundo grupo social com maior exposição ao novo coronavírus, 6,1 por cento.

“Sabemos que os deslocados vivem em condições difíceis, muitas vezes vivem em aglomerados e estão numa situação sócio-económica e de saúde no geral vulnerável e por isso mere-

cem uma atenção especial”, destacou o Director-Geral do INS, Ilesh Jani, que chamou ainda atenção especial para “os idosos, são o grupo etário mais susceptível de desenvolver doenças graves associadas à covid-19”. Tal como na Cidade de Nam-

pula os profissionais de Saúde são outro dos grupos mais expostos à covid-19 na capital de Cabo Delgado, 5,5 por cento, porém em Pemba os funcionários administrativos, 6,6 por cento, e agentes de serviço, 6,5 por cento, é que revelaram maior seropositividade.

→ continuação Pag. 01 - Estado de Emergência acabou em Moçambique e o Presidente Nyusi está desorientado

ca”, declarou Nyusi.

O Presidente da República disse que ao longo destes 4 meses “ganhamos tempo para preparar o nosso sistema de saúde e fomos capazes de testar a disciplina do nosso povo do Rovuma ao Maputo, do Índico ao Zumbo”. A verdade é que o sistema de saúde foi fechado às consultas e tratamento de rotina da malária, tuberculose, HIV, diarreia entre outras maleitas que continuaram a matar milhares de moçambicanos desde Março.

“Chegamos ao fim deste período, podemos ter uma certeza, temos de consolidar os ganhos que alcançamos nestes 4 meses. Repito temos de consolidar os ganhos que alcançamos nestes 4 meses. Para isso não basta que respeitemos as medidas emanadas pelas autoridades. É preciso mais, é preciso que o respeito pelas medidas venha de dentro de nós”, apelou o Chefe de Estado.

Só depois “tomaremos decisões sobre as estratégias e as medidas que iremos adoptar para o nosso futuro imediato”

Sem anunciar nenhum apoio para os milhões de moçambicanos que vivem de informalidade e precisam do antigo normal nas ruas, mercados, barracas e outros locais públicos para sobre-

viver, o Presidente da República declarou que vai continuar a limitar os Direitos Fundamentais dos cidadãos, porém ilegalmente, pelo menos enquanto não sabe para que lado ir nem o que fazer.

Aliás, pela primeira vez desde 2016, Filipe Nyusi tem um Orçamento de Estado confortável graças a ajuda dos Parceiros de Cooperação para mitigar o impacto da covid-19 e que lhe permite manter a Função Pública a funcionar por isso deixou para o 120º dia do Estado de Emergência a revelação que ainda vai enviar um relatório à Assembleia da República, encerrada desde Junho, e só depois “tomaremos decisões sobre as estratégias e as medidas que iremos adoptar para o nosso futuro imediato”.

Sem concretizar o “novo normal” que tem alardeado o PR apelou para que os moçambicanos, mesmo sem a lei que impõe o Estado de Emergência, “nestes dias que se seguem todas as medidas actualmente em vigor devem continuar a ser seguidas com a mesma alma e o mesmo vigor de sempre, de pouco vale ficarmos impacientes, de nada vale agirmos com medo, o contrário da impaciência não é o desleixo, o contrário do medo não é a inconsciência. Este caminho será ainda longo e não terá pausa, nem autorizará cansaço”.

Combate à lavagem de dinheiro melhorou mas o risco ainda é alto em Moçambique

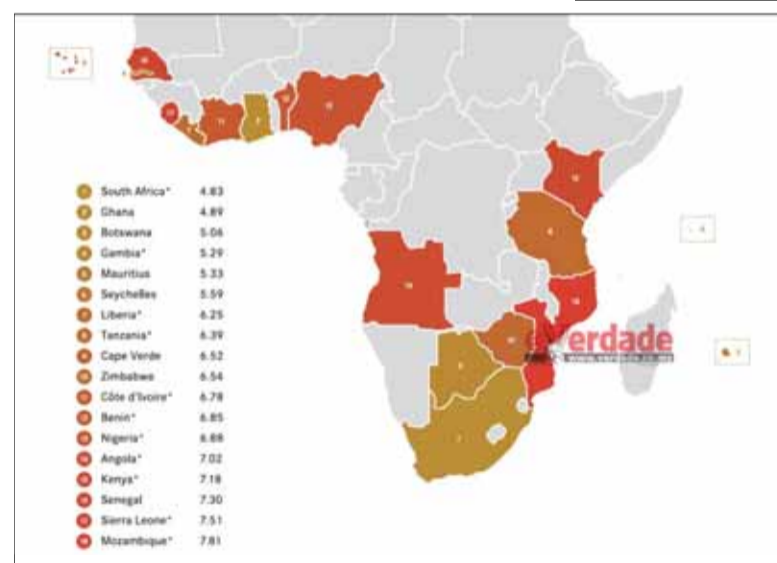
Moçambique deixou de ser o país no mundo de maior permissibilidade para a lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo contudo o Instituto de Governação de Basileia indica que o risco continua muito alto.

Em 2019 o nosso país ocupava o topo do índice do Instituto de Governação de Basileia com uma pontuação de 8,22, de um máximo de 10, entre 125 países avaliados na qualidade da sua estrutura que monitoriza e previne a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo, no suborno e corrupção, cumprimento da transparência de normas financeiras, em termos de transparência Pública e prestação de Contas, e ainda no quesito de riscos jurídicos e político.

No índice de 2020, tornado público na passada quinta-feira (23), Moçambique obteve uma pontuação de 7,81 e subiu 5 posições de um rol de 141 países avaliados, deixando para trás o Afeganistão, o Haiti, Myanmar e Laos.

Entre os 18 países africanos avaliados o nosso país continua a ser o pior num índice regional liderado pela África do Sul, Gana e Botswana.

Para o Instituto de Governação de Basileia, sedado na



Suíça, o principal problema do nosso país são os organismos de supervisão e fraca implementação das medidas concebidas para salvaguardar o sistema financeiro de abusos.

Para esta instituição Moçambique é um dos muitos países que até pode ter um sistema de supervisão forte em vigor, “mas na prática não estão a funcionar, ou os países não os estão a fazer funcionar”.

O @Verdade anunciou que

uma das fragilidades do sistema financeiro moçambicano é a identificação de Pessoas Politicamente Expostas, seus negócios e transacções.

Publicado pelo o Instituto de Governação de Basileia desde 2012 o índice fornece classificações de risco baseadas em dados de 16 fontes disponíveis publicamente, tais como o Grupo de Acção Financeira Internacional, a Transparência Internacional, o Banco Mundial e o Fórum Económico Mundial.

Texto: Adérito Caldeira

Duplicam infectados na Kenmare, ultrapassam 350 casos positivos da covid-19 na Cidade de Maputo

Duplicaram os infectados pelo novo coronavírus nas instalações da multinacional Kenmare que não suspendeu a exploração de areais pesadas na Província de Nampula. Na Cidade de Maputo, onde a transmissão comunitária só aguarda decisão política, o cumulativo de casos da covid-19 ultrapassou os 350 positivos nesta quinta-feira (30).

Texto: Adérito Caldeira

Subiu para 1.808 o total de casos positivos da pandemia do novo coronavírus em Moçambique após o diagnóstico de 60 novos infectados informou a Directora Nacional de Saúde Pública que discriminou “dos casos hoje reportados 54 são indivíduos de nacionalidade moçambicana, quatro malawianos e dois indianos. Destes 48 casos resultam da vigilância nas unidades sanitárias, dez resultam de vigilância activa e dois resultam do rastreio de contactos de casos positivos”.

A Dra. Rosa Marlene afirmou que os novos pacientes encontram-se em isolamento domiciliário, 37 são do sexo masculino, 23 do sexo feminino e têm a seguinte distribuição etária: dois são menores de 5 anos de idade, três são crianças na faixa dos 5-14 anos, seis são adolescentes e jovens na faixa dos 15-24 anos, 20 são jovens na faixa dos 25-34 anos, 17 estão na faixa dos 35-44 anos, seis estão na faixa dos 45-54 anos, três estão na faixa dos 55-64 anos e três tem acima dos 65 anos de idade.

Após a interrupção da testagem na quarta-feira (29) as autoridades de saúde volta-



ram a testar e três novos pacientes foram identificados na Cidade de Pemba que aumentaram para 444 o cumulativo de casos na Província de Cabo-Delgado.

Na Província de Nampula onde a testagem foi interrompida na segunda-feira (27), “devido a aspectos técnico do laboratório” segundo explicação do Director Nacional Adjunto do Instituto Nacional de Saúde, foram detectados 19 novos infectados. Nove no Distrito de Nacala-Porto, cinco no Distrito de Larde, dois na Cidade de Nampula, um no Distrito de Mossuril, outro no Distrito de Meconta e ainda outro no Distrito de Murrupula.

O Dr. Eduardo Samo Gudo Júnior esclareceu ao @Verdade que os casos diagnosticados no Distrito de Larde são novos trabalhadores infectados que estão no acampamento da multinacional irlandesa Kenmare Resources que apesar do diagnóstico de cinco infectados na semana passada não suspendeu a exploração das minas de ilmenite, rutilo e zircónio.

“Com a implementação de medidas de prevenção nos acampamentos de um modo geral não teremos uma transmissão explosiva similar a que tivemos em Afungi (em alusão às instalações da petrolífera Total na Província de Cabo Delgado), é possível

quebrar as cadeias de transmissão sem necessariamente interromper as suas acções” acrescentou o epidemiologista moçambicano.

“Próxima semana inicia o inquérito sero-epidemiológico na Cidade de Maputo”

Sem novos casos positivos desde o passado dia 19 a vigilância nas unidades sanitárias detectou na Província da Zambézia dois novos infectados no Distrito de Milange e um caso no Distrito de Mopeia que subiram para 39 o cumulativo provincial.

Na Província de Sofala o total de casos passou para 43 após terem sido diagnosticados três novos pacientes na Cidade da Beira, dois no Distrito de Búzi e um no Distrito de Nhamatanda.

A vigilância activa identificou um novo infectado na Cidade de Xai-Xai aumentando para 40 o cumulativo de casos positivos da covid-19 na Província de Gaza.

Na Província de Maputo já são 340 o total de casos positivos, nesta quinta-feira

(30) foram identificados oito infectados no Distrito da Namaacha, seis no Distrito de Moamba e cinco na Cidade da Matola.

Na capital moçambicana mais nove casos positivos foram registados e mesmo com um cumulativo de 352 pacientes as autoridades de Saúde continuam a adiar a declaração de transmissão comunitária.

O Director Nacional Adjunto do Instituto Nacional de Saúde argumentou que “a taxa de positividade na Cidade de Maputo ronda cerca de 3 por cento, temos que analisar os dados com muita cautela, ainda temos que entender a dispersão geográfica dos casos, se vem de um local confinado ou vem de uma área, se vem de um bairro ou de vários bairros”.

“Em princípio na próxima semana inicia o inquérito sero-epidemiológico na Cidade de Maputo, que é parte dos nossos esforços de resposta ao actual contacto de aumento de casos e a próxima etapa será na Província de Maputo”, lembrou o Dr. Samo Gudo destacando que “estas duas províncias preocupam-nos”.

Duplicam infectados pela covid-19 na Montepuez Ruby Mining, dezenas de novos pacientes na Cidade e Província de Maputo

Mais do que duplicou o número de trabalhadores da Montepuez Ruby Mining infectados pelo novo coronavírus, ainda neste domingo dezenas de novos pacientes foram identificados na Cidade e Província de Maputo elevando para 1.669 o cumulativo de casos positivos em Moçambique, 164 são crianças.

Texto: Adérito Caldeira

Após a testagem de 925 casos suspeitos, 268 deles em laboratórios do sector privado, 53 novos infectados foram detectados pelas autoridades sanitárias, “51 são indivíduos de nacionalidade moçambicana e dois indivíduos estrangeiros, de nacionalidade britânica e outro de nacionalidade indiana”.

Doze dos novos casos são contactos dos dez infectados detectados no passado dia 12 nas instalações da mineradora inglesa Montepuez Ruby Mining Limitada que explora um depósito de rubis no Distrito de Montepuez e que aumentaram para 431 o cumulativo de positivos na Província de Cabo-Delgado.

“A saúde sempre foi a maior prioridade na Montepuez Ruby Mining e a empresa esforça-se para garantir que



todos os seus funcionários estejam seguros e bem. Em resposta à pandemia causada pelo vírus da covid-19, a Montepuez Ruby Mining suspendeu as suas operações principais e reforçou os procedimentos de higiene, saúde e segurança no local, implementando um conjunto de medidas para mitigar o contágio, tanto em locais

operacionais assim como na comunidade”, disse a jornalista na passada quinta-feira (23) o Presidente do Conselho de Administração da mineradora de rubis, Samora Machel Júnior.

Na Província de Manica o total de casos subiu para 17 com a identificação pela vigilância sanitária de dois novos

pacientes um no Distrito de Machaze e outro no Distrito de Mossurize.

Dois novos infectados foram detectados pela vigilância sanitária no Distrito de Inhassoro elevando para 47 o cumulativo de casos na Província de Inhambane.

Pela Província de Maputo, onde o total de casos positivos passou para 290, foram diagnosticados cinco pacientes na Cidade da Matola, dois no Distrito de Namaacha, outros dois no Distrito de Moamba, um no Distrito de Marracuene e um outro no Distrito da Namaacha.

Na capital moçambicana o cumulativo de casos cresceu para 312 após terem sido identificados 26 novos infectados na Cidade de Maputo.

Em comunicado de imprensa

o Ministério da Saúde (MISAU) detalha que entre os novos casos, todos em isolamento domiciliário, dois são menores de 5 anos de idade, três são crianças entre 5-14 anos, dez são adolescentes e jovens entre 15-24 anos, 17 são jovens entre 25-34 anos, dez estão na faixa de 35-44 anos, sete estão na faixa entre 45-54 anos, dois estão na faixa de 55-64 anos de idade e dois tem mais de 65 anos de idade.

“Queremos informar que registamos mais 50 casos totalmente recuperados da covid-19”, refere o MISAU que actualizou para 593 os indivíduos curados, no entanto mais dois cidadãos infectados pelo novo coronavírus tiveram de ser internados na Cidade de Maputo aumentando para oito os pacientes sob cuidados hospitalares em Moçambique.

África do Sul obtém ajuda do FMI para enfrentar recessão económica originada pela covid-19

O Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou nesta segunda-feira (27) uma ajuda de emergência solicitada pela África do Sul para equilibrar a sua Balança de Pagamentos, fortemente afectada pela covid-19. Epicentro da pandemia no continente africano e principal parceiro comercial de Moçambique o país vizinho mergulhou em recessão que "pode ter um impacto adverso nas empresas e famílias moçambicanas", segundo o Banco de Moçambique.

Texto: Adérito Caldeira

"A Comissão Executiva do Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou hoje o pedido de ajuda de emergência solicitada pela África do Sul no valor de SDR 3 biliões (cerca de USD 4,3 biliões de dólares norte-americanos ou 100 por cento da sua quota), no âmbito da Facilidade Rápida de Crédito, para equilíbrio urgente da sua Balança de Pagamentos fortemente afectada pela pandemia da covid-19", indica um comunicado recebido pelo @Verdade.

O Primeiro Subdiretor-Geral do FMI, Geoffrey Okamoto, declarou em comunicado que "uma profunda recessão económica está a acontecer à medida que reduz a actividade económica e são interrompidas as cadeias de fornecimento mundiais resultados do impacto da covid-19 que se somam a estrangulamentos estruturais de crescimento económico e degradação do ambiente social".

Com 445.433 casos diagnosticados e 6.769 mortos registados até esta segunda-feira (27) a África do Sul é o epicentro da



pandemia do novo coronavírus no nosso continente e de acordo com o Fundo Monetário Internacional o seu Produto Interno Bruto deverá cair para 8 por cento negativos este ano.

"A economia moçambicana tem uma elevada interligação com a economia da África do Sul, sendo este país o maior parceiro comercial de Moçambique e com representação relevante no sistema financeiro moçambica-

no. Neste sentido, as perspectivas de baixo crescimento na África do Sul serão transmitidas a todos os sectores produtivos naquele país, incrementando o risco de crédito, com reflexos no aumento do stress financeiro. Em última análise, pela interligação referida anteriormente, este cenário pode ter um impacto adverso nas empresas e famílias moçambicanas", alertou no início de Julho o Bando de Moçambique.

INATUR reajustado para promover Moçambique internacionalmente

As competências e as atribuições do Instituto Nacional do Turismo (INATUR) foram reajustadas para a promoção de Moçambique como destino turístico de referência internacional. Aumentaram os seus órgãos de funcionamento e o mandato do seu Director-Geral foi encurtado.

Texto: Redacção

Foram ajustadas pelo Conselho de Ministros, desde o passado dia 15, as atribuições, competências, gestão, organização e funcionamento deste Instituto Público de categoria A criado em 2008.

O Director-Geral do Instituto Nacional do Turismo que tinha um mandato de 4 anos renovável duas vezes manteve a duração do mandato mas será renovado apenas "uma única vez".

Geremias Manussa, recém empossado DG, tem agora as suas competências detalhadas que incluem "representar o INATUR, IP, em juízo e fora dele" e tem obrigatoriedade de "submeter aos ministros de tutela os relatórios e contas de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização, trimestralmente".

Para além do Conselho de Di-



recção, Técnico e Fiscal foi acrescentado ao Instituto Nacional do Turismo um Conselho Consultivo composto pelo Director-Geral, pelo Director-Geral Adjunto, pelos Titulares das unidades orgânicas e ainda pelos Titulares das representações do Instituto Público.

Foi reajustada à finalidade de assegurar o fomento e coordenação das iniciativas

que dizem respeito ao turismo foi agregada a "promoção do país como destino turístico de referencia regional e internacional".

À classificação de empreendimentos turísticos foi acrescentada a "formação" e o INATUR passou a ter missão de "classificar empreendimentos turísticos de acordo com padrões internacionais".

Aumentam infectados pela covid-19 na Montepuez Ruby Mining

Aumentaram para quase três dezenas os infectados pela covid-19 nas instalações da mineradora inglesa Montepuez Ruby Mining que explora um depósito de rubis no Distrito de Montepuez num dia em que ascendeu para 1.701 o cumulativo de casos positivos em Moçambique. Também cresceu o número de pacientes com o novo coronavírus internados na Cidade de Maputo.

Texto: Adérito Caldeira



O Ministério da Saúde (MISAU) e laboratórios privados testaram nesta segunda-feira (27) mais 1.043 casos suspeitos do novo coronavírus tendo sido diagnosticados 32 novos pacientes dos quais 29 são de transmissão local, detectados em cidadãos moçambicanos, e mais três importados da África do Sul, em indivíduos de nacionalidade malawiana que entraram para o nosso país pela fronteira de Ressano Garcia.

Ainda na Província de Maputo foram identificados outros seis infectados na Cidade da Matola que elevaram para 299 o cumulativo de casos positivos.

Na Cidade de Maputo o total de infectados cresceu para 326 com a detecção de 14 novos pacientes, 12 pela vigilância sanitária e dois são contactos de casos positivos previamente diagnosticados.

O Dr. Sérgio Chicumbe disse ao @Verdade que o MISAU procura fundos para a realização de dois inquéritos sero-epidemiológicos na Cidade e Província de Maputo onde deverão ser submetidos a testes rápidos perto de 20 mil casos suspeitos.

Na Província Tete o cumulativo subiu para 49 após ter sido identificado pela vigilância sanitária um novo infectado na capital provincial.

Entretanto nas instalações da Montepuez Ruby Mining seis novos pacientes foram detectados aumentando para 28 o número de trabalhadores com o novo coronavírus.

Ainda em Cabo Delgado outros dois infectados foram diagnosticados na Cidade de Pemba aumentando para 437 o cumulativo de casos positivos na província.

A Directora Nacional Adjunta de Saúde Pública indicou que 22 dos novos casos são do sexo masculino e dez do sexo feminino e "estão em isolamento domiciliar".

A Dra. Benigna Matsinhe detalhou que três são menores de 5 anos, dois são adolescentes e jovens entre 15-24 anos, onze são jovens entre 25-34 anos, 13 estão na faixa dos 35-44 anos, dois estão na faixa dos 45-54 anos um está na faixa dos 55-64 anos de idade.

"Queremos informar que registamos mais três casos totalmente recuperados da covid-19" anunciou a autoridade de Saúde Pública que reviu para 596 os pacientes curados em Moçambique.

No entanto dois novos infectados foram internados nesta segunda-feira (27) subindo para 10 o número de indivíduos com covid-19 sob cuidados hospitalares, sete dos quais na Cidade de Maputo.

Presidente Nyusi deixa moçambicanos em “Estado de Emergência” e passeia por Tete

Será que a circulação interna de pessoas poderá ser retomada sem limitações? Os estabelecimentos comerciais de lazer e diversão, particularmente as barracas podem reabrir? As actividades culturais, recreativas e desportivas podem ser realizadas em espaços públicos sem limitações? As celebrações religiosas podem ser realizadas em colectivo e em todos lugares de culto? A única pessoa que pode responder a estas, e outras dúvidas impostas pelo Estado de Emergência que termina nesta quarta-feira (29), está a passear pela Província de Tete.

Texto: Adérito Caldeira

Tudo indica que o “novo normal” com o novo coronavírus continua a ser uma utopia em Moçambique pois às 23h59 desta quarta-feira (29) vai terminar o 4º mês do Estado de Emergência como forma de prevenção da propagação da pandemia e os moçambicanos não sabem se na quinta-feira poderão voltar à sua vida normal.

Será que a circulação interna de pessoas poderá ser retomada sem limitações? E as fronteiras terrestres, marítimas e aéreas serão reabertas? Os estabelecimentos comerciais de lazer e diversão, particularmente as barracas podem reabrir? A rotatividade laboral acabou? As actividades culturais, recreativas e desportivas podem ser realizadas em espaços públicos sem limitações? As praias podem ser frequentadas para lazer? As celebrações religiosas podem ser realizadas em colectivo e em todos lugares de culto?

A resposta destas perguntas só podem ser respondidas por quem impôs o Estado de Emergência pela primeira vez em Moçambique com medidas de nível 3 para evitar a propagação da pandemia da covid-19.

Impossibilitado constitucionalmente de prorrogar mais uma vez o Estado de Emergência, e apesar de vários juristas enten-



derem que a Lei Mãe não limita o número de vezes em que os Direitos e Liberdades fundamentais dos moçambicanos podem ser limitadas, o Presidente da República ainda não decidiu como será o “novo normal” com o coronavírus em Moçambique.

Pior, Filipe Nyusi, Chefe de Estado e presidente do partido Frelimo, decidiu ir passear pela Província de Tete no último dia do 4º mês do Estado de Emergência deixando os moçambicanos sem

saberem como procederem a partir de quinta-feira (30).

Únicas certezas são: fim da pandemia está longe e as aulas presenciais não vão retomar

“O Presidente da República, Filipe Jacinto Nyusi, efectua, de 29 a 31 de Julho de 2020, uma Visita Presidencial à província de Tete, no âmbito das Visitas Presidenciais-Edição 2020, onde vai escalar os distritos de Chifunde,

Cahora Bassa e Cidade de Tete”, refere um comunicado de imprensa da Presidência da República que não menciona quando o Chefe de Estado vai dirigir-se à Nação relativamente às limitações que impôs aos moçambicanos desde 30 de Março.

Quando o Presidente Nyusi impôs pela primeira vez o Estado de Emergência em Moçambique a covid-19 estava confinada na Cidade de Maputo. Actualmente, e embora as autoridades de saú-

de vangloriem-se de terem atrasado o pico da pandemia, o novo coronavírus propagou-se por todas as províncias e existem casos diagnosticados em 74 dos 154 distritos do país.

As únicas certezas que existem é que o fim da pandemia da covid-19 ainda está longe e as aulas presenciais não vão retomar, afinal a maioria das escolas públicas em Moçambique não tem água corrente para a realização da mais básica medida de prevenção que é lavar as mãos.

O @Verdade apurou junto do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano que nenhuma das 667 escolas secundárias foi ainda aprovada pela Comissão Técnico Científica para prevenção e resposta da covid-19.

Por um lado a economia oficial segue numa falsa estabilidade sem recessão, os funcionários públicos e o milhão de moçambicanos com emprego formal continuam a auferir os seus salários, algumas empresas tem estado a receber apoios públicos, a inflação mantém-se artificialmente controlada. Contudo a economia informal, que emprega mais de 10 milhões de pessoas e é fonte de sustento de mais de 20 milhões de cidadãos, está quase parada e há cada vez moçambicanos a passarem fome.

FMI sem perspectivas realistas para economia de Moçambique

O Fundo Monetário Internacional (FMI) não tem dados nem perspectivas realistas sobre o impacto da pandemia do novo coronavírus na economia de Moçambique. Ari Aisen, o Representante do FMI, prevê em 2020 um crescimento do Produto Interno Bruto de 1,4 por cento, “esperando que a agricultura seja um bom sector este ano”, muito acima da recessão anunciada pelo Presidente Filipe Nyusi.

Texto: Adérito Caldeira

A 28 de Maio, na segunda prorrogação do Estado de Emergência, o Chefe de Estado moçambicano declarou: “Temos consciência de que estas medidas de contenção nos fizeram rever em baixa o crescimento global da nossa economia, e que implicarão uma contracção da mesma que se traduzirá numa taxa negativa de -3,3 por cento. Temos ainda presente que este pacote de medidas tem gerado o redimensionamento de sectores, incluindo a redução de efectivos laborais, gerando consequentemente um impacto negativo sobre o consumo e incertezas a médio e longo prazo”.

Ainda assim o FMI, no passado mais pessimista, mantém a projecção de crescimento económico optimista, “antes do covid nós pensávamos que teríamos um crescimento de 2,2 por cen-



to, em linha com o observado em 2019, pós-covid nós reduzimos para 1,4 por cento”.

“Eu diria que há um risco, estas projecções são feitas num momento de grande incerteza, mas gostaria de lembrar que um

quarto da economia moçambicana tem uma base agrícola, esperando que a Agricultura seja um bom sector este ano e talvez Águas e Electricidade, talvez tenhamos a possibilidade de crescer um pouco mais, vamos deixar essa pergunta em aberto

para o fim de Agosto”, afirmou Aisen durante um webinar realizado nesta quarta-feira (29) sobre as Perspectivas Económicas Regionais para Africa Subsariana e Moçambique.

O Representante do Fundo Monetário Internacional discorreu sobre vários indicadores da economia formal no entanto não soube indicar que políticas a instituição recomenda para o Governo apoiar os mais de 10 milhões de moçambicanos que sobrevivem no sector informal e que devido ao Estado de Emergência não podem estar nas ruas, mercados ou barracas.

“Parece que há uma certa dificuldade no trabalho que está em curso entre diversas agências com o Governo, com vários ministérios, para a identificação dos beneficiários das diversas

ajudas, sejam famílias mais vulneráveis ou sejam micro e pequenas empresas”, declarou Ari Aisen acrescentando que “esse trabalho precisa de continuar a evoluir para que possamos ter desempenhos mais céleres dessa ajuda que é tão importante”.

Relativamente ao Programa Financeiro que o Governo de Filipe Nyusi pediu em Fevereiro, e que precisa para catalizar novos investimentos estrangeiros, mas ficou pendente da visita de uma Missão para negociações em Maputo, adiada com a eclosão da pandemia da covid-19, Aisen disse apenas que “o processo deve seguir, eventualmente esse engajamento no 2º semestre deveria acontecer para ver se o Governo de Moçambique e o FMI podem chegar a um eventual acordo para um Programa de médio prazo”.

Matola é o epicentro da covid-19 na Província de Maputo, interrompida testagem na Província de Nampula

Mais cinco pacientes foram detectados com o novo coronavírus na Cidade da Matola que é o epicentro da pandemia com mais de um terço dos infectados da Província de Maputo. Num dia em que o cumulativo de casos em Moçambique subiu para 1.720 o Ministério da Saúde (MISAU) interrompeu a testagem de casos suspeitos na Província de Nampula, região com transmissão comunitária e várias cadeias de transmissão activas pelos distritos.

Texto: Adérito Caldeira

Das 594 amostras testadas nas últimas 24 horas em laboratórios do sector público “uma provêm da Província do Niassa, 56 da Província de Cabo-Delgado, 21 da Zambézia, quatro de Tete, 31 de Manica, 123 de Sofala, três de Inhambane, 25 de Gaza, 127 da Província de Maputo e 203 da Cidade de Maputo”, indica um comunicado de imprensa do MISAU que não explica porque razões nenhum caso suspeito foi testado na Província de Nampula.

Com um total de 389 casos positivos e quatro óbitos a província mais populosa de Moçambique tem cadeias de transmissão activas em pelo menos nove dos 23 distritos e a sua capital está em transmissão activa desde 6 de Junho, e mesmo tendo laboratório com capacidade para testar 200 amostras diárias nesta terça-feira (28) nenhuma foi realizada.

Entretanto a vigilância sanitária identificou dois novos pacientes na Cidade de Pemba, que elevaram para 441 o cumulativo de casos na Pro-

víncia de Cabo Delgado.

Na Província de Sofala o total de casos ascendeu a 37 após a vigilância sanitária detectar um novo paciente na Cidade da Beira e dois no Distrito de Chibabava.

Sete dos novos casos foram diagnosticados na Cidade de Maputo onde o cumulativo passou para 334 casos positivos, mais de um terço no Distrito Municipal de Kampfumo.

Na Província de Maputo o total de casos positivos subiu para 307 com o diagnóstico de um novo infectado no Distrito de Magude, outro no Distrito da Manhiça e cinco na Cidade da Matola.

Com estes novos pacientes a Cidade da Matola passou a ter um cumulativo de 113 casos positivos do novo coronavírus, mais do que um terço de toda a Província de Maputo.

Moamba é o segundo maior foco da covid-19 na Província de Maputo com um total de 74 casos, seguido pelo Distrito

de Boane com 54 e pelo Distrito da Manhiça com um cumulativo de 27 casos positivos.

Em comunicado de imprensa o Ministério da Saúde indica que todos os 19 novos pacientes diagnosticados nesta terça-feira (28) são de nacionalidade moçambicana, 13 são do sexo masculino, seis do sexo feminino e “encontram-se em isolamento domiciliar”.

Entre os novos casos um é um adolescente na faixa dos 15-24 anos, oito são jovens na faixa dos 25-34 anos, sete estão na faixa dos 35-44 anos, um está na faixa dos 45-54 anos e dois estão na faixa dos 55-64 anos de idade.

Continuam sob cuidados hospitalares 10 indivíduos, “todos padecem de patologias crónicas diversas, associadas a covid-19”, refere o MISAU em comunicado de imprensa onde anuncia o registo de mais seis novos recuperados que elevaram para 602 o cumulativo de curados desta pandemia em Moçambique.

Milhares de viajantes entraram legalmente em Moçambique sem serem testados para covid-19

Mais de 5 mil viajantes, nacionais e estrangeiros, entraram legalmente em Moçambique pelas fronteiras terrestres e aérea durante a semana finda, grande parte usando o Posto de Travessia de Machipanda. O Ministério da Saúde (MISAU) não sabe quantos foram testados.

Texto: Redacção

O Serviço Nacional de Migração (SENAMI) revelou em conferência de imprensa, nesta quinta-feira (30), que 1.383 cidadãos nacionais e 3.764 estrangeiros entraram legalmente em Moçambique pelas várias fronteiras terrestres e outros 433 pelo Aeroporto de Mavalane entre os dias 18 e 24 de Julho.



Confrontado com este fluxo de viajantes a Directora Nacional de Saúde Pública disse “nós não temos informação ainda”.

Analizando apenas o fluxo de casos suspeitos testados nas províncias de Manica e Tete entre 18 e 24 de Julho o @Verdade concluiu que os milhares de cidadãos nacionais e estrangeiros que entraram pelos postos de travessia de Machipanda e Zóbie não foram testados para o novo coronavírus.

No mesmo período deixaram o nosso país pelos postos de travessia terrestres 1.383 moçambicanos e 3.790 estrangeiros. Pelo Aeroporto de Mavalane saíram de Moçambique 221 viajantes de várias nacionalidades em voos especiais com destino a

África do Sul, Portugal e Etiópia.

O porta-voz do SENAMI, Celestino Matsinhe, enfatizou que no período em análise foi recusada a entrada à República de Moçambique “a sete cidadãos estrangeiros de diversas nacionalidades por não reunirem os requisitos necessários para o efeito”.

“Os cidadãos estrangeiros recusados de entrar no país por falta de vistos de entrada eram titulares de autorização de viagem, no entanto não possuíam o visto correspondente ao propósito da vinda ao país (Visto de Trabalho) razão pela qual foram orientados a regressarem aos Países de proveniência para solicitarem os respectivos vistos nas Missões Diplomáticas e Consulares da República de Moçambique”, clarificou Matsinhe.

MISAU continua a não testar em Nampula e Cabo Delgado, diagnosticados dezenas de novos infectados pela covid-19 na Cidade e Província de Maputo

Pelo segundo dia consecutivo não foram testados novos casos suspeitos da covid-19 na Província de Nampula e nesta quarta-feira (29) foi também interrompida a testagem na Província de Cabo Delgado. No entanto mais de duas dezenas de novos infectados foram detectados na Cidade e Província de Maputo.

Texto: Adérito Caldeira

Dos 566 testes realizados em laboratórios do sector público entre terça(28) e quarta-feira (29) apenas um foi proveniente da Província de Nampula e outro da Província de Cabo Delgado, regiões com transmissão local e propagação do novo coronavírus em vários distritos confirmando a percepção que o Ministério da Saúde (MISAU) está a tentar estabilizar a pandemia testando cada vez menos casos suspeitos particularmente entre a maioria dos moçambicanos sem posses para pagarem os exorbitantes testes em laboratórios privados.

Apesar disso 28 novos infectados foram diagnosticados, que aumentaram para 1.748 o cumulativo de casos positivos em Moçambique, dos quais “24 são indivíduos de nacionalidade moçambicana, dois malawianos e dois indianos”, refere um comunicado de imprensa que indica que cinco dos novos pacientes são importados, contudo o

MISAU não indicou de que país.

Dois casos foram detectados na Cidade de Lichinga, elevando para 29 o total de casos positivos na Província do Niassa.

Na província de Gaza o cumulativo passou para 39 após a identificação de um novo infectado no Distrito de Bilene.

Dez infectados foram detectados na Cidade de Maputo aumentando para 343 o total de casos positivos na capital moçambicana.

Na Província de Maputo o cumulativo ascendeu a 321 com a detecção de cinco novos pacientes no Distrito da Moamba, quatro na Cidade da Matola, dois no Distrito da Manhiça, dois no Distrito de Ressano Garcia, um no Distrito da Namaacha e outro no Distrito de Matutuine.

O Ministério da Saúde detalhou



ainda que todos os novos infectados estão em isolamento domiciliar, 19 são do sexo masculino e nove do sexo feminino, um está na faixa dos 55-64 anos, seis estão na faixa dos 35-44 anos, dez são jovens na faixa dos 25-34 anos, cinco são adolescentes e jovens na faixa dos

15-24 anos, três são crianças na faixa dos 5-14 anos e dois são menores de 5 anos de idade.

Com estas cinco crianças diagnosticadas nesta quarta-feira (29) subiu para 176 o cumulativo de menores de idade infectados pelo novo coronavírus no nosso

país.

“Queremos informar que registamos mais 14 casos totalmente recuperados da covid-19”, refere o comunicado do MISAU que reviu para 616 os indivíduos que curados desta pandemia em Moçambique.

Governo ainda não definiu como será “novo normal” com a covid-19 em Moçambique

Na véspera do término do 4º mês do Estado de Emergência o Governo de Filipe Nyusi, que está a tentar estabilizar a pandemia testando menos casos suspeitos, ainda não sabe como será “novo normal” com a covid-19 em Moçambique. Relativamente as escolas secundárias que deveriam ter retomado as aulas presenciais nesta segunda-feira (27) a Directora Nacional Adjunta de Saúde Pública clarificou que “ainda não temos o número de escolas aprovadas”.

Texto: Adérito Caldeira

Na próxima quarta-feira (29) termina o 4º mês do Estado de Emergência, como medida de prevenção da propagação do novo coronavírus. O Presidente da República já não pode prorrogar as medidas que limitam as liberdades dos cidadãos em Moçambique no entanto alguns juristas entendem que a Constituição da República apenas limita o número de prorrogação e não as vezes em que o Estado de Emergência pode ser declarado pelo Chefe de Estado.

À parte das questões legais o facto é que a débil economia moçambicana afunda-se numa nova crise e os moçambicanos já não aguentam ter as suas liberdades limitadas. O Presidente Filipe Nyusi tem avisado ao povo para se preparar para um “novo normal” porém ainda não explicou como será essa convivência com a covid-19.

O Ministério da Saúde, que lidera a Comissão Técnico Científica



que aconselha ao Governo sobre as medidas de prevenção e resposta da pandemia do novo coronavírus, admitiu ao @Verdade que ainda não sabe que medidas impostas pelo Estado de Emergência serão relaxadas a partir de quinta-feira (30).

“Em relação ao novo normal

temos uma equipa que está a trabalhar, incluindo a Comissão Técnico Científica (para prevenção e resposta da covid-19) aqui ao nível do Ministério da Saúde, naquilo que iremos considerar que deve ser afrouxado, o que é que deve ser desconfinado, ainda estamos a trabalhar neste processo e nos próximos dias

poderemos trazer mais informação”, esclareceu a Directora Nacional Adjunta de Saúde Pública.

Ainda “não temos o número de escolas aprovadas”

Interpelada durante a conferência de imprensa desta segunda-feira (27) a Dra. Benigna Matsinhe clarificou ainda ao @Verdade porque razões as escolas secundárias ainda não retomaram as aulas presenciais como foi decidido pelo Governo.

“Em relação às escolas secundárias há uma equipa multi-sectorial (envolvendo os ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia) que está a trabalhar primeiro na identificação das escolas, universidades, lares e internatos. Já temos algumas seleccionadas e à posterior iremos fazer a verificação para a posterior aprovação que não é feita pela equipa multi-sectorial

mas é feita para Comissão Técnico Científica (para prevenção e resposta da covid-19) aqui ao nível do Ministério da Saúde”, argumentou.

A Directora Nacional Adjunta de Saúde Pública declarou ainda “não temos o número de escolas aprovadas mas já temos seleccionadas e há equipas a trabalhar no terreno a fazerem a verificação, oportunamente o Ministério da Educação, que é a entidade competente, irá dar mais informação”.

O @Verdade tentou sem sucesso contactar a assessoria de imprensa do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano no entanto foi possível apurar que as brigadas lideradas pelo vice-ministro e que se deslocaram a todas as províncias para aferir as condições nas 332 escolas que leccionam a 12ª classe já regressaram e estão a compilar os resultados da verificação que efectuaram.

Presidente Nyusi não sabe que “suporte legal” usar “para nova maneira de viver com covid-19” em Moçambique

O Relatório do Presidente da República (PR) à Assembleia da República pelo termo do Estado de Emergência confirma a desorientação de Filipe Nyusi que declarou aos deputados desconhecer o “suporte legal” que deverá utilizar “para uma nova maneira de viver com a covid-19”. O documento, que será apreciado numa plenária extraordinária do Parlamento, não reporta nenhum apoio para os milhões de informais e admite que não existe capacidade para testar mais casos suspeitos do novo coronavírus em Moçambique.

Texto: Adérito Caldeira

Um dia após a data prometida a Assembleia da República recebeu a Informação do Chefe de Estado sobre os 4 meses do Estado de Emergência como medida de prevenção da propagação do novo coronavírus no nosso país.

Em quase seis dezenas de páginas o Presidente Nyusi discorre sobre cada uma das medidas de nível 3 que foram implementadas durante 120 dias desde 1 de Abril.

Com muita informação que já é de domínio público o relatório presidencial revela que 339 moçambicanos continuam retidos no estrangeiro e que Moçambique abriu as suas fronteiras para que 2.556 cidadãos transitassem para o Malawi, Eswatini, Zimbabwe e Reino Unido.

O documento, que a Comissão Permanente da Assembleia da República apreciou e remeteu à 1ª Comissão tendo ainda agen-

dado uma sessão plenária extraordinária para o próximo dia 4 de Agosto, refere que a capacidade actual de testagem é de 1.600 testes por dia em todo o país no entanto admite “uma eventual subida da demanda de testagem poderá sobrecarregar o Sistema Nacional de Saúde”.

Relativamente a retoma das aulas presenciais Filipe Nyusi informa que não há data para o reinício que das aulas no ensino secundário, primário ou mesmo superior e técnico profissional.

O PR informa que está a haver um potencial regafo com fundos públicos e os apoios dos Parceiros de Cooperação: “Durante este período, registou a realização de 14.204 processos de contratação pública por Ajuste Directo, correspondendo ao volume global da despesa pública no valor 68,2 biliões de meticais. No sector da Saúde, a nível central,



registou-se a realização de 110 processo por Ajuste Directo, correspondendo ao volume global da despesa pública no valor de 3,3 biliões de meticais, na componente interna”.

O Presidente Nyusi conclui a sua Informação deixando evidente que não saber o que fazer:

“Prevalecendo a incerteza quando a duração desta pandemia e a eventual disponibilidade de uma vacina teremos que, doravante, saber coexistir e lidar com a covid-19 dentro de uma nova maneira de viver, isto é, dentro de uma nova normalidade”.

No entanto o Chefe de Es-

tado moçambicano não avança como pretende que seja essa “nova normalidade” mas indica que será com medidas de prevenção e restritivas, contudo desconhece como impô-las tendo apenas informado aos deputados da Assembleia da República que precisa “de um suporte legal”, sem precisar qual.

Produtos pré-medidos e registo das actividades metrológicas com novas regras em Moçambique

A rotulagem dos produtos pré-medidos tem desde o passado dia 15 novas regras em Moçambique assim como foi liberalizado o registo das empresas e singulares que lidam com balanças e outros instrumentos de medição para incluir os informais.

Texto: Redacção



O Conselho de Ministros reviu a legislação que regulamenta a actividade de metrologia, o @Verdade apurou que foram revogadas várias alíneas do Artigo 23, relativo aos "Requisitos para o registo ou credenciamento", como forma de alargar o fabrico, importação, aluguer, calibragem, instalação, reparação, ensaios e controlo metrológico de instrumentos de medição aos informais.

No entanto o Certificado de registo ou credenciamento emitido pelo Instituto Nacional de Normalização e Qualidade passou a estar dependente de um Despacho publicado em Boletim da República.

O @Verdade descortinou ainda no Decreto 57/2020 que: "Os produtos pré-medidos devem, quando aplicável, ostentar no rótulo a marca e como forma de garantir que a quantidade efectiva, em massa ou volume, está de acordo com os requisitos da Norma Moçambicana NM 80".

"Os fabricantes, empacotadores e importadores são responsáveis por garantir a exactidão das medições e devem dotar-se dos meios indispensáveis à execução das medidas, correcções e ajustamentos necessários para atender aos requisitos da Norma Moçambicana NM 80" estabelece ainda a legislação revista recentemente pelo Conselho de Ministros.

908 I SÉRIE - NÚMERO 134

h) O segundo - símbolo s, é a unidade de tempo. Define-se tomando o valor numérico fixado da frequência de célio ($\Delta\nu_{Cs}$), a frequência da transição hiperfina do estado fundamental do átomo de célio 133 não perturbado, igual a 9 192 631 770, quando expresso em Hz, unidade igual a s⁻¹.

e) [...]
f) [...]
g) [...]

2. [Revogado]
3. [...]
a) [...]
b) [...]
c) [...]

CAPÍTULO II
Controlo metrológico
SECÇÃO II
Controlo metrológico de produtos pré-medidos
ARTIGO 20
Controlo metrológico

1. [...]
2. [...]
3. [...]
4. [...]
5. [...]
6. [...]
7. [...]

8. Os produtos pré-medidos devem, quando aplicável, ostentar no rótulo a marca e como forma de garantir que a quantidade efectiva, em massa ou volume, está de acordo com os requisitos da Norma Moçambicana NM 80.

9. Os fabricantes, empacotadores e importadores são responsáveis por garantir a exactidão das medições e devem dotar-se dos meios indispensáveis à execução das medições, correcções e ajustamentos necessários para atender aos requisitos da Norma Moçambicana NM 80.

CAPÍTULO III
Registo ou credenciamento das actividades metrológicas
SECÇÃO I
Processo de registo ou de credenciamento
ARTIGO 22
Elegibilidade

1. As pessoas singulares ou colectivas que fabriquem, importem, comercializem ou aluguem instrumentos de medição e exerçam outras actividades relacionadas devem estar registadas pelo INNOQ, IP.

2. As pessoas singulares ou colectivas que calibrem, instalem, reparem, ensaiem ou realizem o controlo metrológico de instrumentos de medição e outros equipamentos devem estar credenciadas pelo INNOQ, IP.

ARTIGO 23
Requisitos para registo ou credenciamento

1. [...]
a) [...]
b) [Revogada]
c) [...]
d) [Revogada]

ARTIGO 24
Certificado de registo ou de credenciamento

1. Verificada a conformidade dos requisitos, o INNOQ, IP emite o Despacho de registo ou Credenciamento que é publicado na 3.ª série do Boletim da República, a expensas do requerente, contendo toda a informação das actividades a serem desenvolvidas e incorporando em anexo o certificado de registo ou credenciamento.

2. O certificado de registo ou de credenciamento atesta que determinada entidade pública ou privada está autorizada a realizar as actividades metrológicas previstas no artigo 22 do presente Regulamento.

3. O registo ou credenciamento das actividades é efectuado mediante pagamento de taxas aprovadas em legislação específica, excepto entidades delegadas.

ARTIGO 25
Alteração de dados

1. Qualquer alteração de dados declarados nos documentos apresentados, posteriormente ao seu registo ou credenciamento, deve ser comunicada ao INNOQ, IP que procede a rectificação, suspensão ou cancelamento, conforme o caso.

2. Para cada alteração posterior é emitido um novo certificado de registo ou de credenciamento, sujeito ao pagamento de taxas.

ARTIGO 30
(Destino da receita)

A distribuição da percentagem da receita é definida por despacho conjunto dos ministros que exercem a tutela sectorial e financeira."

ARTIGO 2
(Norma transitória)

Os fabricantes, empacotadores e importadores são responsáveis por garantir a implementação da marca, no prazo de um ano após a publicação do presente Decreto.

ARTIGO 3
(Entrada em vigor)

O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação. Aprovado pelo Conselho de Ministros, aos 17 de Junho de 2020. Publique-se. O Primeiro-Ministro, Carlos Agostinho do Rosário.

Preço - 30,00 MT

IMPRESA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Presidente Nyusi revela segredo para "estabilidade" de reitores nas universidades em Moçambique

O Presidente da República (PR) confessou nesta segunda-feira (27) que: "é muito difícil quando temos que não reconduzir uma direcção de uma universidade". Discursando na posse dos dois novos reitores e três vice-reitores Filipe Nyusi revelou como os dirigentes das instituições de ensino superior em Moçambique podem manter-se no cargo durante 15 ou 20 anos!

Texto: Adérito Caldeira

Após empossar Leda Hugo para o cargo de Reitor da Universidade Lúrio, Bettencourt Capece no cargo de Reitor da Universidade Zambeze, Joel Tembe ao cargo de vice-Reitor da Universidade Eduardo Mondlane, Ana Maria Nhampule para o cargo de vice-Reitor da Universidade Joaquim Chissano e Anabela Matangue Zacarias da Silva no cargo de vice-Reitor da Universidade Zambeze o PR demandou: "As nossas universidades, sejam elas Públicas ou Privadas, precisam de fazer mais na área de investigação, porque o resultado da investigação condiciona a credibilidade científica de cada universidade. O corpo docente, com número considerável de títulos, deve implicar a sua proporcionalidade na capacidade nacional de investigação e na procura de soluções para os desafios que o país vive".

"O investimento no nosso académico na investigação e na inovação pode significar a solução para o crescimento económico do país, uma vez que o seu impacto na produtividade é enorme. Para que tal seja possível a estabilidade das estruturas que dirigem as nossas universidades e a dignificação das carreiras profissionais é fundamental. É crucial valorizar as pessoas que dia e noite dão o melhor do seu tempo, conhecimento e experiência, para produzir soluções sustentáveis para o país", afirmou o Chefe de Estado.

Nyusi reconheceu que "a investigação é um processo que não pode ser ciclicamente interrompido por isso a organização, a consolidação e o funcionamento de uma instituição do ensino superior não pode ser sempre a decisões ou a esco-



lhas superiores".

O PR indicou aos reitores devem comportar-se e o como devem proceder para manterem-se nos seus cargos: "Para tal é preciso que os gestores ultrapassem os problemas de relacionamento e défice de gestão. É muito difícil quando temos que não reconduzir uma direcção de uma universidade, porque os conhecimentos

cultivam-se, fundamentam-se, seguem uma linha e sequência, então o maior segredo é estabilidade de uma instituição do ensino superior, se puderem ficar 15 ou 20 anos!".

"Nós conhecemos universidades que são conhecidas por causa do tipo de docente que existe lá, e há pessoas que procuram esse estabelecimento porque está lá o professor com

nome, que já está mapeado no mundo, assim como acontece com alguns médicos. Por isso gostaríamos que nos ajudassem no sentido de as vossas instituições estarem estáveis para puderem cumprir a missão que é longa, porque uma vacina não se descobre com interrupção", pediu.

O Presidente Filipe Nyusi demandou ainda: "Urge pensar no posicionamento e na oferta formativa e mais precisamente reflectir como podemos transitar de um modelo de competição excessiva entre instituições e começar a partilhar recursos e sinergias que permitam potenciar o impacto no tecido social nas diferentes regiões do país. Não façam isso só na troca de docentes, estamos num país em que a realidade é só nossa, não se compara com outro".

Ficha Técnica

NAMPULA - Av. 25 de Setembro 57 A
Telemóvel+258 84 39 98 635

MAPUTO - Avenida Mao Tse Tung 479
Telemóvel+258 86 45 03 076

E-mail: averdademz@gmail.com

Jornal registado no GABINFO, sob o número 014/GABINFO-DEC/2008; Propriedade: Charas Lda; Fundador: Erik Charas.

Director: Adérito Caldeira; Director-Adjunto: Sérgio Labistour; - Delegado: Hélder Xavier; Director Gráfico: Nuno Teixeira; Periodicidade: Diário.